

TRABALHO COLABORATIVO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ENTRE PROFESSOR REGENTE E PROFESSOR EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Islene da Silva Vieira
PPGMPE-UFES
islenes@gmail.com

Mariangela Lima de Almeida
PPGMPE-UFES
mlalmeida.ufes@gmail.com

GRUFOPEES/CNPQ – Grupo de Pesquisa Formação,
Pesquisa-ação e Gestão da Educação Especial

Eixo temático: Propostas curriculares e práticas pedagógicas
Pôster de pesquisa

Resumo: A escola pública brasileira tem presenciado, a partir dos anos 2000, um significativo aumento no número de matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial — pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação. Torna-se necessário, então, pensarmos em estratégias que visem a implementação da inclusão escolar, garantindo, além do acesso, a permanência e a aprendizagem desse público. Nesse sentido, o trabalho colaborativo emerge, tanto em documentos legais quanto nas pesquisas educacionais, como uma possibilidade para viabilizar o processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas, principalmente no que se refere ao direito de acesso ao conhecimento, na medida em que diferentes profissionais atuem em parceria para esse objetivo. Objetivamos com essa pesquisa em andamento compreender os processos de colaboração que se dão em uma escola municipal da Serra/ES e contribuir com o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre professor regente e professor de Educação Especial visando a inclusão escolar na instituição acompanhada. Para tanto, adotamos nesse estudo a metodologia da pesquisa-ação-colaborativo-crítica, pois trata-se de um processo de pesquisa que articula teoria e prática, possibilitando que os profissionais da escola e da universidade compartilhem saberes e produzam, juntos, conhecimentos. A pesquisa-ação configura-se, assim, para os sujeitos envolvidos, em um processo de formação e autorreflexão colaborativo-crítica sobre as próprias práticas docentes. Utiliza-se, como instrumentos e estratégias de coleta de dados, observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas, questionários abertos, gravações com posteriores transcrições de áudios. Apresenta-se, como considerações finais, a pesquisa-ação colaborativo-crítica como uma possibilidade de fomento do trabalho colaborativo na escola.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Trabalho colaborativo. Práticas inclusivas.

Introdução

A escola pública brasileira vem, a partir dos anos 2000, presenciando um aumento no número de matrículas de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação, influenciado pelas políticas educacionais na perspectiva inclusiva (MATOS; MENDES, 2015). A Resolução 02/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) promoveu algumas reformulações necessárias, principalmente nos contextos dos sistemas de ensino, que devem reorganizar seus espaços institucionais para garantir a matrícula desses alunos no ensino regular (BRASIL, 2001).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) de 2008, definiu as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação como alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE), fundamentando-se na garantia do direito a educação, o que inclui acesso e permanência na escola, independentemente de suas especificidades. Essa política promoveu avanços significativos na legislação nacional, dos quais destacamos a resolução 04/2009, pois no seu Art. 1 afirma que além da matrícula desses alunos no ensino regular, os sistemas de ensino devem ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em salas de recursos multifuncionais na própria escola, em centros especializados, ou em outros espaços institucionais credenciados para essa finalidade, sendo ofertado no contra turno do aluno (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, faz-se necessário uma reorganização da escola, para que tal instituição seja adequada ao aluno e não que o aluno se adeque à escola, como historicamente aconteceu. Para isso, é preciso que a escola, e seus profissionais, estejam atentos a sua natureza, já que é uma instituição aberta a todos (MEIRIEU, 2005). Assim, torna-se necessário repensar as

práticas pedagógicas, proporcionando a inclusão e não somente a inserção desses alunos no ambiente escolar.

Acreditamos que, se quisermos uma escola que atenda à diversidade, ou seja, uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo longo e constante de reflexão-ação-crítica, com os profissionais que fazem o ato educativo acontecer (ALARCÃO, 2003, p.45).

Concordamos com Alarcão (2003) e apontamos a necessidade do trabalho colaborativo entre os profissionais da escola, principalmente entre o professor de Educação Especial e o professor regente, pois estão diretamente envolvidos com os processos de ensino-aprendizagem desses sujeitos. Corroboramos com Meirieu (2005) quando nos diz que precisamos repensar a relação no espaço escolar, tanto entre professor e aluno, quanto dos outros sujeitos envolvidos no processo educacional, rompendo com desejos e ações individuais, e aprendendo a pensar com o outro, a “fazer junto”, projetos que envolvam e ajudem todos os indivíduos de forma colaborativa.

Pesquisas mostram a importância de refletir sobre a função do professor de Educação Especial para que seu foco não esteja apenas na sala de apoio, mas que também trabalhe em parceria com o professor regente (MENDES, 2006; VILARONGA; MENDES, 2014). Dessa forma, um colabora com o trabalho do outro, proporcionando assim um crescimento profissional para ambos, e uma educação inclusiva de qualidade para o aluno PAEE.

Diante do exposto, questionamos: Como tem se desenvolvido o processo de inclusão escolar nas escolas? Há articulação entre os trabalhos desenvolvidos pelas professoras de Educação Especial e pelos professores de sala comum? Há processos de colaboração visando à inclusão escolar? Como ocorrem esses processos? A prática colaborativa pode contribuir no processo de inclusão desses estudantes?

Buscamos, em nossa pesquisa, compreender os processos de colaboração que se dão em uma escola municipal da Serra/ES e contribuir com o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre professor regente e

professor de Educação Especial visando a inclusão escolar dos alunos PAEE.

Desenvolvimento

A inclusão escolar é um processo que “[...] constitui-se pela via de lutas, esforços e movimentos sociais” (JESUS, 2010, p.3), pois historicamente as pessoas com deficiência ficaram a margem da sociedade e não tiveram acesso à educação. Dessa forma, a escola atual precisa se organizar fisicamente e pedagogicamente para garantir o acesso desses alunos ao conhecimento. Nessa direção a educação inclusiva caracteriza-se como um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade na classe escolar, como situação provocadora de interações entre sujeitos com situações pessoais as mais diversas. Além desta interação, muito importante para o fomento das aprendizagens recíprocas, propõe-se e busca-se uma pedagogia que se dilate frente às diferenças do alunado (BEYER, 2006, p.73).

É preciso que a escola assuma a inclusão escolar como princípio, tomando a educabilidade de todos e a heterogeneidade como postulados da escola (MEIRIEU, 2005), o que ainda constitui-se em um grande desafio. Nas palavras de Meirieu (2005, p. 43), trata-se da aposta audaciosa de que:

‘toda criança, todo homem é educável’...e a história da pedagogia assim como das instituições escolares, nada mais é do que a implementação cada vez mais audaciosa dessa aposta: a escolha da educação contra a exclusão (MEIRIEU, 2005, p.43).

Segundo Meirieu (2005), encontramos várias tensões no cotidiano escolar e na sala de aula, uma delas é o trabalho entre grupos diferentes, que consiste em proporcionar a união entre eles e ao mesmo tempo, permitir que cada um se diferencie, nesse sentido, ele considera que “[...] instituir a escola é, alternar sistematicamente os tipos de reagrupamento a fim de que ‘o mesmo’ e ‘o outro’ se entrelacem no dia-a-dia na sala de aula e no estabelecimento” (MEIRIEU, 2005, p. 127).

Tratando-se de um processo relativamente recente, Mendes (2006) indica a necessidade de pesquisas sobre a inclusão escolar, apontando o trabalho colaborativo como uma demanda da escola. O trabalho colaborativo é aqui entendido como:

[...] um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011, p.85).

A colaboração entre o professor de sala comum e o professor de Educação Especial constitui-se, assim, como importante estratégia para o processo de inclusão (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011), uma vez que, de acordo com Vilaronga e Mendes (2014) os profissionais da escola que atuam individualmente não possuem respostas para a maior parte das dificuldades apresentadas pelos estudantes e não são capazes de realizar processos reais de ensino para alunos com deficiência.

Tal necessidade de colaboração também está presente em documentos legais, como por exemplo na PNEE-EI (BRASIL, 2008), entretanto, essa articulação é um desafio, pois é necessário deixar a individualidade da prática docente, e exercer a prática colaborativa em todos os estágios didáticos: “[...] compartilhar metas, decisões, instruções, responsabilidades, avaliação da aprendizagem, resolução de problemas, e a administração da sala de aula” (MENDES, 2006, p.29).

Sob o mesmo ponto de vista entendemos que no trabalho colaborativo, a atuação do professor de Educação Especial se dá, também, dentro da sala de aula comum, em conjunto com o professor regente. Acreditamos, no entanto, ser necessária uma reflexão-colaborativo-crítica sobre a prática educacional, reconhecendo que teoria e prática são indissociáveis (CARR; KEMMIS, 1988). Nesse panorama, trazemos a perspectiva metodológica da pesquisa-ação-colaborativa-crítica como fio condutor da investigação.

Metodologia

Este estudo em tela constitui-se em uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como sujeitos professores de uma escola municipal da Serra/ES.

Adotamos, como referencial teórico-metodológico a pesquisa-ação colaborativo-crítica, considera uma forma de fazer pesquisa com o outro (BARBIER, 2007). Nessa perspectiva, a pesquisa-ação sustenta-se na teoria crítica de Habermas (1987) e na colaboração autorreflexiva entre pesquisadores e participantes, conforme temos em Carr e Kemmis (1988), buscando “[...] melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais ou educativas assim como a compreensão de suas práticas e das situações em que estas estão inseridas” (CARR; KEMMIS, 1988, p. 174). Assim, ao assumir caráter dialógico e colaborativo, tal metodologia articula os saberes científicos com aqueles saberes oriundos da prática pedagógica cotidiana, levando os participantes da pesquisa, no nosso caso, os professores, a se constituírem também como investigadores de seus próprios contextos, de suas próprias práticas.

Por meio da pesquisa-ação colaborativo-crítica, procuramos provocar os profissionais a trocarem experiências, seus pontos de vista, seus medos e anseios, proporcionando assim, um processo de reflexão-ação-reflexão crítica, buscando transformar a prática e experimentar outras alternativas em sala de aula para promover um ensino que considere a diversidade dos alunos (ALMEIDA; LORETO, 2008).

Conclusão

A indicação do trabalho colaborativo na escola tem sido uma constante em estudos recentes que discorrem sobre a inclusão escolar de alunos PAEE. A pesquisa-ação colaborativo-crítica emerge como possibilidade de fomentar, via autorreflexão crítica e coletiva, a construção de outras/novas práticas na escola, com destaque para o trabalho colaborativo.

Esperamos, assim, que por meio dessa pesquisa, os professores de sala comum e de Educação Especial possam engendrar novas formas de conceber e atuar frente ao processo de inclusão escolar, visando a garantia da permanência e do aprendizado dos alunos PAEE.

Referências

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ALMEIDA, M. L. ; LORETO, S. S. Formação continuada, prática pedagógica e pesquisa-ação colaborativo-crítica: um entrelaçamento possível. In: ALMEIDA, M.A.; MENDES, E.G.; HAYASHI, M.C.P.I. (Org.). *Temas em Educação Especial: múltiplos olhares*. 1ed.São Carlos: EdUFSCar, 2008, v. , p. 89-97.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.

BEYER, H.O. **Integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas**. In: BAPTISTA, C.R.; BEYER, H.O. *Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

BRASIL CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as diretrizes nacionais para a educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Disponível em:<portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em fevereiro de 2018.

CARR, W.; KEMMIS, S. **Teoría crítica de la Enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Tradução de Bravo Martinez Roca. Barcelona: Editora, 1988.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Tradução de José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

JESUS, D.M. et al. **Diálogos reflexivos tecidos no 2º colóquio de políticas de educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Estado do Espírito Santo**. In: I SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL, 1., 2010, Porto Alegre. 2010. 1 CD.

MATOS, S.N.; MENDES, E.G. Demandas de professores decorrentes da Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, V.21, N. 1, P. 9-22, jan.-mar., 2015

MEIRIEU, P. O cotidiano da Escola e da Sala de Aula o fazer e o compreender. Porto Alegre. Ed Artimed, 2005.

MENDES, E.G. **Colaboração entre ensino regular e especial**: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escola. Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, V.1, P. 29-41, 2006

MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; TOYODO, C.Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular**. Educar em Revista. Curitiba, N. 41, P.81-93, Jul./set.2011.

VILARONGA, C.A.R.; MENDES, E.G. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 95, n. 239, p. 139 – 151, jan./abr. 2014.